

| EDITAL DE LICITAÇÃO | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), de acordo com a Lei Complementar 123 de 14/12/2006 c/c art. 34 da Lei 11.488 de 15/06/2008, a Lei 10.520, de 17/07/2002, a Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, o Decreto 5.450 de 31/05/2005, o Decreto 6.204 de 05/09/2007 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11/10/2010, publicada no Diário Oficial da União de 13/10/10, que dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, torna público para conhecimento dos interessados que **às 10:00h (horário de Brasília), do dia 24/10/2013** no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, fará realizar a licitação no regime de empreitada por preço global, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** com sessão pública do tipo menor preço global, mediante as condições estabelecidas neste Edital e respectivos Anexos.

SEÇÃO I DO OBJETO

1 - Contratação de instituição sem fins lucrativos que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e educação profissional, visando a formação técnico-profissional de jovens aprendizes, por meio da realização de atividades teóricas, cujo desenvolvimento será de responsabilidade da Contratada e atividades práticas que serão organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho, nas dependências do SERPRO, nos termos do Art. 430 da CLT, c/c o Decreto nº 5.598, e 1º de dezembro de 2005, conforme especificações contidas no Anexo “I” deste Edital.

SEÇÃO II DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados relacionados ao ramo de atividade do objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto ao prévio credenciamento no sistema eletrônico Comprasnet e à documentação constante neste Edital e seus Anexos.

2.2 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1 - concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.1.1 - Com o advento da Nova Lei de falência (Lei nº 11.101/2005), o instituto jurídico da concordata foi substituído pela recuperação judicial e pela recuperação extrajudicial, sendo que apenas as concordatas impetradas antes da entrada em vigor da referida lei,

continuarão reguladas pela legislação anterior. Portanto, as empresas em recuperação judicial e extrajudicial não se encontram impedidas de participarem do certame.

2.3.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o SERPRO e/ou outros Órgãos ou entidades da Administração Pública;

2.3.3 - que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.3.4 - que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.3.5 - estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.6 - empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do pregão;

2.3.7 - da qual participe empregado do SERPRO, de forma direta ou indireta, nos termos do preceituado no inciso III do art. 9º da Lei 8666/93;

2.3.8 - cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmando entre o Ministério Público do Trabalho e a União, Anexo IV deste Edital.

2.4 - As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) terão tratamento diferenciado nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Decreto 6.204 de 05/09/2007 e art. 34 da Lei nº 11.488 de 15/06/2007. Tais empresas serão identificadas neste Edital como **“beneficiárias da LC 123/2006”**.

2.4.1 - O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº123/06, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser exigido da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

2.4.2 - Em conformidade com o estabelecido no Art. 34 da lei 11.488/07, aplicam-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

SEÇÃO III

DA REPRESENTAÇÃO, CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO

3.1 - As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico Comprasnet, antes da data de realização do Pregão, como condição para participação e envio de sua proposta.

3.1.1 - As interessadas em se **credenciar** para participar do pregão eletrônico, deverão providenciá-lo por meio do site www.comprasnet.gov.br (acesso seguro > criar login e senha), podendo estar ou não cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.1.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição para a licitante, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico Comprasnet, site www.comprasnet.gov.br (Art. 3º §1º, do Decreto 5.450/05).

3.1.3 - A chave de identificação e senha, poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico realizado no sistema Comprasnet, salvo quando cancelada por solicitação da licitante ou em virtude de seu descredenciamento no SICAF (Art.3º, § 3º, do Decreto 5.450/05).

3.1.4 - A licitante descredenciada no SICAF, terá sua chave de identificação e senha, suspensas automaticamente (parágrafo único do Art. 13, Decreto 5.450/05).

3.1.5 - A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema (Ministério do Planejamento), para imediato bloqueio de acesso (art. 3º, § 4º, do Decreto 5.450/05);

3.1.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

3.1.7 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema (Ministério do Planejamento) ou promotor da licitação (Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art.3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

3.2 - Para se cadastrar no sistema SICAF, as empresas interessadas poderão fazê-lo previamente por meio do site www.comprasnet.gov.br, (acesso livre > SICAFWeb > Sistema de Cadastramento > Pré-cadastramento de fornecedores), seguindo as orientações ali contidas ou procurar diretamente uma Unidade Cadastradora nos órgãos da Administração.

3.2.1 - Os documentos necessários ao cadastramento são os previstos nos artigos 27 a 31 da Lei 8666/93 (Art. 14 e § único, Decreto 5.450/05 c/c Capítulo 2 da IN SLTI/MPOG N° 02, de 11/10/2010).

3.3 - Outras informações sobre o credenciamento no Comprasnet e cadastramento no SICAF poderão ser obtidas no site www.comprasnet.gov.br ou nos Manuais disponíveis para consulta e impressão naquele site. Também nos órgãos da Administração ou nos telefones das centrais de atendimento: Comprasnet: 0800-782323 ou SIASG: 0800-9782329.

SEÇÃO IV

DA PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

4.1 - A participação no pregão dar-se-á com o encaminhamento da proposta de preços, através do site www.comprasnet.gov.br, por meio da utilização da senha privativa da licitante. O envio da proposta deverá ocorrer até a data e horário limite do início da sessão pública, ou seja, a hora marcada para abertura da sessão, constante do preâmbulo deste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.

4.1.1 - A licitante poderá retirar ou substituir sua proposta, até o momento da abertura da sessão.

4.2 - Como requisito para a participação no pregão e envio da proposta, a licitante deverá providenciar no próprio sistema eletrônico, para emissão automática pelo pregoeiro, as seguintes declarações:

a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação, cujos documentos encontram-se detalhados na Seção VIII deste Edital.

b) Declaração de que até a data da licitação inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Declaração, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em atendimento à Instrução Normativa nº 2 da SLTI/Ministério do Planejamento, de 16 de setembro de 2009.

e) Declaração que faz jus aos benefícios da LC 123/2006.

4.2.1 - As declarações poderão ser alteradas ou reenviadas pelas licitantes, por solicitação do Pregoeiro, se necessário.

4.2.2 - As declarações da licitante vencedora do certame, serão impressas pelo pregoeiro e juntadas aos demais documentos de habilitação previstos na Seção VIII deste edital.

4.2.3 - A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital (Art.21, § 3º do Decreto 5.450/05).

4.3 - Quando beneficiária do tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006, a licitante deverá preencher campo próprio do sistema, declarando que faz jus aos benefícios da LC 123/2006, responsabilizando-se pela veracidade do declarado, sob as penas da Lei e sujeitando-se às sanções estabelecidas no Contrato.

4.3.1 - O Sistema somente tornará público se alguma licitante declarou-se beneficiária, tanto para o pregoeiro quanto para os participantes, após a etapa de lances.

4.3.2 - A licitante vencedora do certame, terá sua declaração de beneficiária emitida automaticamente pelo sistema, juntada à sua documentação de habilitação.

4.3.3 - Caso a empresa beneficiária, deixe de declarar no sistema que faz jus aos benefícios, será dado o mesmo tratamento das demais empresas.

4.4 - As declarações e a proposta da licitante só serão disponibilizadas para visualização e impressão, tanto pelo pregoeiro como para as demais participantes, após a etapa de lances.

4.5 - A licitante deverá obrigatoriamente informar no momento do cadastramento de sua proposta no sistema eletrônico, quando o objeto da licitação se referir a compra de material, o fabricante e modelo do produto ofertado, sob pena de desclassificação de sua proposta.

4.6 - O cadastramento da proposta no sistema eletrônico pela licitante, pressupõe o pleno conhecimento e concordância com as premissas a seguir e os requisitos específicos previstas no item 4.7:

a) a proposta é válida pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias;

b) nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o SERPRO vier a ter que despendar por força da presente contratação;

b.1) Serão desclassificadas as propostas com preços excessivos ou incompatíveis com o mercado, ficando estabelecido, o valor de R\$ 964,34 mensal por aprendiz e o valor mensal de R\$ 14.465,08 para os 15 aprendizes, valor anual total de R\$ 173.581,20, o preço máximo admissível para a oferta de valores unitários e totais, reservado ao SERPRO, mediante justificativa expressa, o direito de promover prévia reavaliação e atualização dessa estimativa de preço máximo que se dispõe a pagar até no dia da própria sessão do pregão.

c) o prazo de execução e as condições do fornecimento/serviço ofertado atendem a especificação e estão garantidos conforme o estabelecido neste Edital e seus anexos;

d) total conhecimento e aceitação dos termos deste Edital e seus Anexos.

4.7 - Após o término da etapa de lances, a licitante de menor valor deverá encaminhar, por meio de Anexo no próprio sistema eletrônico, ou quando não for possível, para o e-mail: licitacoes.sdr@serpro.gov.br ou para o fax (71) 2102-7852, no prazo de até **60 (sessenta)** minutos da convocação pelo Pregoeiro, proposta de preços escrita, conforme Modelo constante no Anexo II e II/A deste Edital, contendo as informações a seguir:

a) Valores unitários e totais, adaptados ao valor global ofertado no pregão:

b) Conter todos os custos necessários à completa execução dos serviços, acompanhada de planilhas de custos e formação de preços, modelos constantes dos Anexos II e II-A, detalhando sua composição, refletindo custos dos insumos coerentes com os de mercado e com os coeficientes de produtividade compatíveis com o objeto da contratação, definindo a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual, os encargos sociais coerente com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais.

c) Computar no valor todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços nas condições exigidas incluindo mão-de-obra e insumos, necessários às substituições, atualizações, pois alterações desses componentes durante a execução do contrato não serão consideradas como fatos supervenientes para atualização de valores, exceto quando existente previsão legal.

d) Informar na proposta, quando for o caso, a Convenção Coletiva que regulamenta o salário/benefícios de cada categoria envolvida nos serviços e que foi utilizada como base para a elaboração e formação dos custos de mão-de-obra, vigente na data da abertura da licitação, não incluindo nos valores qualquer expectativa de reajustes futuros, que ainda não tenham sido homologados pelo Ministério do Trabalho, observadas as condições para repactuação de preços constantes da minuta do Contrato, anexa ao Edital.

e) Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valores incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescido dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

f) A licitante não poderá cotar em suas planilhas de custos ou de formação de preços:

f.1) Reserva Técnica no quadro de Insumos e de Remuneração, sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por esse item;

f.2) Valores de IRPJ, CSLL, Treinamento / Capacitação e/ ou Reciclagem de Pessoal.

g) A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os equipamentos, armas e outros materiais necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido, sua substituição.

g.1) Considerando a possibilidade de participação de Cooperativas, apenas para fins de julgamento da licitação, o valor dos serviços ofertado pela cooperativa, será equalizado em relação ao das demais empresas, com o acréscimo de percentual de 15% sobre o valor dos serviços (mão de obra), relativo à previdência social que o SERPRO se obriga a recolher, sobre o valor dos serviços prestados. A cooperativa, deverá destacar na sua proposta, o valor que se refere aos serviços, que será base para o recolhimento à previdência. Esse destaque deverá ocorrer também, no faturamento mensal, caso a cooperativa seja vencedora do certame.

4.8 - O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração deste, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços/materiais serem entregues ao SERPRO sem ônus adicional.

4.10 - As planilhas de custos e formação de preços apresentadas para análise da aceitação do lance vencedor, poderão, por solicitação do pregoeiro, ser ajustadas para refletir corretamente os custos envolvidos, desde que não haja majoração do resultado obtido no pregão.

4.11 - Até a contratação, o SERPRO poderá solicitar pequenos ajustes nos preços ofertados pela licitante, de forma a adaptar o valor unitário ao valor total ofertado e eliminar dízimas, não podendo exceder o valor total registrado no Sistema.

4.12 - O não envio dos documentos ou a falta de indicação de marca e modelo do produto na proposta eletrônica (quando for o caso), que impossibilitem a avaliação do atendimento às características exigidas no edital, sujeitará a proposta da licitante ser desclassificada e a avaliação das demais propostas na ordem de classificação.

4.13 - Após o julgamento da proposta na forma prevista na Seção VII deste Edital, sendo aceitável a proposta da licitante, esta deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma e prazo que determina a seção VIII deste edital.

4.14 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 13, Inciso III, Decreto nº 5.450/05).

4.15 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13, Inciso IV, Decreto nº 5.450/05).

4.16 - A relutância da proponente em honrar a proposta ou o lance ofertado, será tratada na conformidade do que dispõem o Subitem 12.1 deste Edital.

SEÇÃO V

DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - O início da sessão pública se dará pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário constante do Preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, não havendo nesse momento a identificação dos participantes, o que somente ocorrerá após o encerramento da etapa de lances.

5.2 - O Pregoeiro procederá à análise das propostas quanto ao atendimento dos requisitos do Edital, efetuando a desclassificação daquela proposta que não esteja em conformidade com os mesmos, fundamentando o motivo da desclassificação e registrando no sistema, após o que, dará início à etapa de lances (art. 22, § 2º e § 3º do Decreto 5.450/05).

SEÇÃO VI

DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO

6.1 - Após a análise das propostas, o Pregoeiro iniciará a etapa competitiva, quando as licitantes poderão encaminhar seus lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sendo imediatamente informadas pelo sistema, do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3 - Os lances serão ofertados sobre o valor global, em reais e com até duas casas decimais.

6.4 - A licitante poderá ofertar lance inferior ao último valor por ela ofertado e registrado no sistema, independente do valor ofertado pelas demais licitantes.

6.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.6 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.7 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível, os lances continuarão sendo recebidos.

6.7.1 - O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado pra divulgação.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, que acionará o sistema eletrônico para envio de aviso de fechamento iminente dos lances. Após o aviso, transcorrerá período de tempo até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes, após a fase de lances.

6.10 - Terminada a etapa de lances, havendo licitantes que se declararam beneficiárias da LC 123/2006, o próprio Sistema do Pregão Eletrônico iniciará automaticamente os procedimentos para a concessão da preferência, identificando dentre as propostas até 5% (cinco por cento) superiores ao menor valor, se existem empresas na condição de beneficiárias. Concederá à beneficiária melhor classificada nesse intervalo, o prazo de 5 (cinco) minutos para que proponha preço inferior ao menor preço apurado na etapa de lances, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.10.1 - Não serão adotados procedimentos para preferência, caso a licitante primeira classificada já seja beneficiária da LC 123/2006, ou se não existirem empresas beneficiárias, no intervalo de 5% (cinco por cento) do menor valor.

6.10.2 - Se no prazo de 5 (cinco) minutos, a beneficiária da LC 123/2006 não ofertar preço menor, o sistema automaticamente dará oportunidade às outras empresas que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) e na condição de beneficiária, para exercerem o direito de preferência, na ordem de classificação, até que se aponte o vencedor.

6.10.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas beneficiárias da LC 123/2006 que se encontrem no intervalo de 5% do menor valor, o sistema automaticamente executará o sorteio para identificar qual poderá apresentar a nova oferta e encaminhará mensagem à licitante sorteada.

6.10.4 - A beneficiária da LC 123/2006 deve estar obrigatoriamente acompanhando a sessão pública no sistema, pois arcará com o ônus de não poder manifestar-se e, por consequência, não conseguirá exercer o direito de preferência.

6.10.5 - Diante de algum impedimento para o exercício do direito ao benefício da Lei Complementar 123/2006 via sistema Comprasnet, o Pregoeiro conduzirá as ações previstas nos itens 6.10 a 6.10.3, por meio de mensagens via “chat”.

6.11 - Não havendo empresas com direito ao benefício da LC 123 ou na hipótese de não classificação de empresa beneficiária nas condições do item 6.10, o objeto licitado será adjudicado à licitante com proposta originalmente mais bem classificada, observada a compatibilidade de preço com o valor estimado para contratação, aceitação da amostra (se exigida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO) e a habilitação.

6.12 - Havendo necessidade de estabelecer nova classificação das licitantes, devido desclassificação/inabilitação de proposta/licitante, caberá ao Pregoeiro comandar o sistema do Pregão Eletrônico, para realizar os procedimentos do direito de preferência ora descritos.

6.13 - Tão logo seja encerrada a etapa de lances e classificação das propostas, a licitante detentora da melhor oferta deverá enviar proposta escrita, conforme exigência prevista no item 4.7 deste edital, no prazo nele estabelecido, sob pena de desclassificação.

6.14 - Somente depois de encerrada a etapa de lances, quando forem conhecidos as licitantes, o Pregoeiro poderá suspender a sessão pública, para avaliação de propostas,

amostras (se estiverem expressamente exigidas e com parâmetros de avaliação no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO) ou habilitação, devido horário avançado da sessão ou para efetuar diligências que se façam necessárias, tantas vezes quanto se configurarem necessárias.

6.14.1 - O retorno da sessão ocorrerá em data e horário a ser comunicado na própria sessão suspensa ou posteriormente, por comunicação aos participantes.

6.14.2 - Na reabertura da sessão, o Pregoeiro dará continuidade aos procedimentos previstos neste Edital, inclusive para que ocorra a manifestação de intenção de recursos.

6.15 - A proposta será julgada nos termos da Seção VII deste edital. A licitante que tenha a sua proposta aceita, deverá enviar os documentos de habilitação previstos na Seção VIII, conforme as exigências ali contidas.

SEÇÃO VII DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O julgamento das propostas será feito segundo o critério de **menor preço global para o item único** constante do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO deste Edital.

7.2 - O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, quanto ao atendimento das especificações, quanto às exigências estabelecidas e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto neste Edital e anexos. (art.2º, §2º e art.25, caput, do Decreto 5.450/05 e art. 4º, incisos X e XI, da Lei 10.520/02).

7.2.1 - Será desclassificada a proposta que:

I – contenha vícios ou ilegalidades;

II – apresente preços manifestamente inexequíveis, e

III – não vier a comprovar sua exequibilidade, com preços que comprovadamente forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.2.2 - Consideram-se preços inexequíveis aqueles que, comprovadamente forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.2.3 - Erros no preenchimento da planilha de custos não serão considerados motivos para a desclassificação da proposta, quando, por avaliação/solicitação do pregoeiro, a planilha puder ser ajustada sem a majoração do preço ofertado e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos do objeto em contratação.

7.2.4 - Em caso de necessidade de esclarecimentos complementares necessários ao julgamento da exequibilidade da proposta, o Pregoeiro utilizará a faculdade da diligência e convocará a licitante a prestar esclarecimentos e apresentar comprovantes necessários ao julgamento.

7.2.5 - O prazo para resposta aos esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro será de até 60 (sessenta) minutos da sua convocação, se outro prazo superior não for definido por esse, em razão da complexidade dos esclarecimentos ou do horário.

7.3 - O Pregoeiro poderá, no momento do julgamento, encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital (art. 24, §8º do Decreto 5.450/05).

7.3.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes (art.24, §9º do Decreto 5.450/05).

7.4 - Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias previstas na Seção VIII, o Pregoeiro recusará a proposta e retomarà a etapa de classificação das licitantes, adotando os procedimentos previstos no item 6.10 a 6.11 citados anteriormente. Verificará as condições de aceitação e habilitação das propostas, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital.

7.4.1 - Nesta fase, os procedimentos para fins de concessão do direito de preferência às beneficiária(s) da LC 123, previstos nos itens 6.10 a 6.11, não mais serão realizadas automaticamente pelo sistema. Existindo beneficiária, o sistema informará ao Pregoeiro e este acionará o sistema para as ações necessárias ao desempate.

7.4.2 - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.5 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

7.7 - Constatado o atendimento das exigências classificatórias e habilitatórias fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo a ela adjudicado o resultado, para homologação pela autoridade competente.

7.8 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

SEÇÃO VIII DA HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação da licitante de melhor oferta, classificada após os procedimentos de lances do Pregão e avaliação da proposta de preços, será realizada mediante consulta ou apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1 - Será verificado do SIASG durante a fase de habilitação das empresas, em atenção ao art. 97, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, além da habitual pesquisa já realizada no módulo SICAF, a existência de registros impeditivos da contratação.

a) Consulta “On-line” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, momento em que o cadastro da licitante deverá estar devidamente regularizado e com sua habilitação parcial em vigor. No caso da documentação obrigatória e/ou parcial não estarem válidas no SICAF, a licitante poderá apresentar a comprovação da documentação atualizada. A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

b) Após consulta ao SICAF, a licitante que apresentar índices calculados do seu balanço patrimonial, com resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, deverá comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor estimado para a contratação ou seja R\$ 17.358,12 (dezesete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), para serem habilitadas (art. 44 da IN SLTI/MPOG Nº 02, de 11/10/2010). Tal comprovação será efetuada através de consulta ao SICAF ou por meio de balanço da empresa.

b1) As licitantes deverão garantir que a informação sobre o balanço e o patrimônio líquido, estarão disponíveis para consulta pelo Pregoeiro na sessão pública, sob risco de serem inabilitados.

8.1.2 - Dentre as prerrogativas de suas atividades, o Pregoeiro fará:

a) Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, que poderá ser **emitir** através do portal do Tribunal Superior do Trabalho no link www.tst.jus.br/certidao - ou qualquer outro portal da Justiça do Trabalho. Caberá ao SERPRO, **validá-la** no mesmo link e anexar o comprovante à respectiva certidão e autuá-los no processo de licitação.

Obs.: considerando que o prazo de validade da CNDT é de 180 dias, o SERPRO utilizará a opção **validar certidão**, sob pena de obtermos certidão positiva enquanto que o fornecedor apresentou certidão negativa dentro da validade prevista em lei.

b) Considerando o disposto no Ofício 590/2011/MP/SE/DEST, dirigido ao SERPRO, a contratação da adjudicatária somente será formalizada após consultado o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, link para acesso www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

c) Consulta por ocasião da habilitação, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>).

d) Em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, será verificada a composição societária das empresas a serem SERPROS no sistema SICAF, com a finalidade de certificar-nos, se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade SERPRO, caso positivo, a licitante será inabilitada.

e) Por recomendação do Tribunal de contas da União – TCU, através do Acórdão nº 1.793/2011 Plenário, será verificado através do Portal da Transparência, link (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>), quando da habilitação de microempresa e de empresa de pequeno porte, que tenha utilizado a prerrogativa de efetuar lance de desempate, conforme Lei Complementar nº 123/2006, art. 44, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

f) Consulta ao site da Receita federal, no intuito de confirmar o atendimento às prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06 (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx>).

g) Por força da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, a contratação da adjudicatária somente será formalizada após consultado o CADIN–Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

8.1.3 – Para complementar sua habilitação no processo licitatório, as empresas licitantes interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Ata da Assembléia Geral de Constituição;

b) Ata de Posse da atual diretoria;

c) Estatuto da Instituição;

d) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) Cartão de Inscrição Municipal - CIM;

f) Certificado de entidade beneficente de assistência social, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

g) Registro no Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;

h) Comprovante de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

j) Certidão ou atestado(s) em nome da empresa, que comprove a execução dos serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto da licitação. Tais atestados deverão

conter a identificação do signatário, tais como; nome, endereço e telefone, para que possam permitir eventual contato por parte do SERPRO.

b) As cooperativas, para fins de habilitação, deverão apresentar a seguinte documentação:

I - a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição;

II - a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

III – a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários a prestação do serviço;

IV– o registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

V – a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

VI - os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovaram;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.1.4 - Caso não esteja regularmente cadastrada no SICAF, a licitante poderá apresentar os documentos a seguir para fins de habilitação:

Relativos à Habilitação Jurídica:

1) registro comercial, no caso de empresário;

2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso das sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

3) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e

4) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Relativos à Regularidade Fiscal:

- 1) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 2) prova de regularidade com a Receita Federal/Dívida Ativa da União;
- 3) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal;
- 4) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS);
- 5) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

- 1) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, no prazo de validade;
- 2) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, que será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um).

8.2 - Os documentos estabelecidos para habilitação, onde não esteja prevista a consulta e impressão diretamente no sistema eletrônico pelo Pregoeiro, deverão ser enviados pela licitante, ainda na sessão pública, para o e-mail: licitacoes.sdr@serpro.gov.br ou para o fax (71) 2102-7852, no prazo de até **60 (sessenta) minutos** da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação da licitante.

8.2.1 - Posteriormente, se declarada vencedora, a licitante deverá enviar os originais, na forma prevista no item 8.4, para o endereço Av. Luiz viana Filho nº 2.355 – Paralela – CEP: 41730-101 – Salvador-BA, aos cuidados da GLACO/GLSDR, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da solicitação do Pregoeiro.

8.3 - Mesmo que apresente restrição, a beneficiária da LC 123/2006 deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, juntamente com os demais documentos definidos no item 8.1 (art.43 LC 123/2006).

8.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às beneficiárias da LC 123/2006, o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa. O prazo se iniciará a partir da declaração do vencedor pelo

Pregoeiro ou pela autoridade competente, caso a decisão seja precedida de recurso (parágrafo 1º, art. 43, LC 123/2006).

8.3.2 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 8.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/recebimento do empenho, ou revogar a licitação (parágrafo 2º, art. 43, LC 123/2006).

8.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada. O documento autenticado, na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando reservado ao SERPRO, o direito de exigir os originais para quaisquer verificações. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original durante a fase de habilitação ou validadas por meio de consulta aos sítios emissores.

8.5 - A licitante que deixar de apresentar os documentos exigidos nesta Seção, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada ou ainda os apresente fora do prazo previsto neste edital, não serão habilitadas e sujeitam-se as penalidades previstas no item 12.1.

8.6 - A licitante vencedora da licitação deverá manter-se cadastrada e regular no SICAF, na assinatura do contrato ou recebimento da NE e durante sua vigência, independentemente dos documentos entregues por ocasião da fase de habilitação. Deverá providenciar sua atualização naquele sistema em tempo hábil, visto que o SERPRO em Salvador não possui cadastro próprio de fornecedores, nem atua como unidade cadastradora do SICAF (art. 27, § 2º do Decreto 5.450/05).

8.6.1 - Quando a licitante vencedora não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

SEÇÃO IX

DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, devendo encaminhá-lo para o endereço licitacoes.sdr@serpro.gov.br ou protocolar o instrumento de impugnação direcionado ao pregoeiro no endereço: Av. Luiz Viana Filho nº 2.355, CEP: 41730-101 – Paralela – Salvador-BA, Setor: GLACO/GLSDR/SUPGL.

9.2 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.2.1 - Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

9.3 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço: licitacoes.sdr@serpro.gov.br.

9.3.1 - As impugnações e esclarecimentos e suas respostas serão divulgados aos interessados por meio do sistema www.comprasnet.gov.br, disponibilizados para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no link: acesso livre > pregões > agendados.

9.4 - Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após o prazo definido no item 9.1 e 9.3.

9.5 - Os dias úteis referidos nos prazos constantes dos itens 9.1 e 9.3 serão considerados até o horário de expediente do SERPRO, ou seja, às 17 h (dezessete horas) – horário de Brasília. As correspondências encaminhadas após o referido horário serão consideradas como recebidas no dia útil seguinte.

SEÇÃO X DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso.

10.2 - Os demais licitantes ficam desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.3 - O sistema encaminhará automaticamente e-mail para os demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

10.4 - A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e, quando o mesmo mantiver sua decisão, deverá submetê-la à autoridade competente. O pregoeiro(a) decidirá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do término do prazo das licitantes para apresentação das contra-razões (§4º, art. 109, Lei nº 8.666/1993).

10.5 - O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.6 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

10.7 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, imediatamente após o final da sessão pública, no endereço: Av. Luiz Viana Filho nº 2.355, CEP: 41730-101 – Paralela – Salvador-BA, Setor: GLACO/GLSDR/SUPGL.

10.9 - Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 10.1 deste Edital.

SEÇÃO XI DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver interposição de recurso, e pela autoridade superior quando da existência de recurso.

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da Gerente Regional de Logística – Salvador.

SEÇÃO XII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Ficarão impedidos de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das sanções previstas no item 12.1.1 a seguir e das demais cominações legais, garantido o direito a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, a empresa que:

- a) não assinar o contrato no prazo estipulado após colocado à disposição;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento do certame;
- e) não manter a proposta de preço;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- h) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- i) descumprir prazos.

12.1.1 - Pelos motivos relacionados no item 12.1, a Administração poderá ainda aplicar à licitante advertência e/ou multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total de sua proposta. A multa deverá ser recolhida à conta informada pelo SERPRO, descontada da garantia ou cobrada judicialmente, após o vencimento do prazo recursal. A advertência será aplicada ao licitante quando não ocasionar danos graves ao SERPRO.

12.3 - O atraso ou não prestação do serviço nas condições acordadas neste Edital e seus anexos, obrigará a contratada ao pagamento das multas previstas na minuta de Contrato – Anexo III – MINUTA DO CONTRATO.

12.4 - A não manutenção das condições de habilitação quando da assinatura do Contrato, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas e ensejará a

aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1 e 12.2 e facultará a adjudicação para a próxima licitante na ordem de classificação, após comprovação dos requisitos habilitatórios e de negociação dos preços, se for o caso (Art. 27, § 3º do Decreto 5.450/05).

12.5 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à conta informada pelo SERPRO, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação, descontadas dos pagamentos devidos ou cobradas judicialmente, se julgado conveniente.

12.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e CEIS.

SEÇÃO XIII DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1 - A contratação decorrente do presente certame dar-se-á mediante assinatura de contrato, conforme a minuta constante do Anexo III – MINUTA DO CONTRATO, onde estão previstas as obrigações das partes, penalizações, condições da rescisão contratual e demais condições do acordo, obrigada a licitante a conhecer seu inteiro teor.

13.2 - Após a homologação da licitação, o SERPRO convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, assinar o instrumento contratual (ou retirar a nota de empenho), sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo do previsto no art. 81 da Lei nº 8.666/93, art. 7º da Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

13.3 - Para assinatura do contrato, será exigida a apresentação de instrumento público de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida do representante que irá assiná-lo, onde comprove a outorga de poderes, na forma da lei. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13.4 - Se a adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato, no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, serão convocadas as licitantes remanescentes, respeitando a ordem sequencial de classificação, mantidas as condições de preço e prazo da licitante vencedora e as demais exigências a estas feitas em razão do que dispõe este Pregão.

13.5 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93, desde que justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato e observada a vigência do crédito orçamentário.

SEÇÃO XIV DO PAGAMENTO

14.1 - As condições de pagamento são as descritas na Minuta de Contrato, Anexo III – MINUTA DO CONTRATO deste Edital.

SEÇÃO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília – DF.

15.2 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início, incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SERPRO.

15.3 – Não havendo expediente na regional ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a seção será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente aos ora fixados, salvo disposição em contrário comunicada pelo Pregoeiro.

15.4 - Os Anexos I a IV deste Edital constituem o rol das obrigações decorrentes da presente licitação, dele fazendo parte, obrigando as partes ao inteiro teor de suas disposições.

15.5 - É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar no ato da sessão pública.

15.6 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SERPRO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.9 - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

15.9.1 - Fica vedada a realização de alterações quantitativas disciplinadas nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 da Lei nº8.666/93, depois de haver ocorrido o pagamento integral devido pela Administração.

15.10 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e

suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.11 - Será comunicado, pelos mesmos meios que se deu a divulgação original, qualquer alteração que venha a ocorrer nele ou em seus anexos, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.(Art. 20 Decreto nº 5.450/05).

15.12 - Quando, justificadamente, for necessário inabilitar ou desclassificar propostas dadas como vencedoras, a autoridade competente e Pregoeiro poderão voltar à sessão pública, na etapa após a fase de lances, utilizando o recurso de Ata Complementar disponível no sistema Comprasnet, permitindo a definição de novo resultado para o pregão.

15.13 - Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, no SERPRO/Regional Salvador, localizado na Av. Luiz Viana Filho nº 2.355, CEP: 41730-101 – Paralela – Salvador-BA, Setor: GLACO/GLSDR/SUPGL, ou por intermédio do telefone (71) 2102-7887, fax (71) 2102-7852, no horário de 08h00 h às 12h00 e de 13h00 h às 17h00 de segundas às sextas-feiras.

15.14 - Os documentos emitidos pela Licitante, deverão conter sua logomarca, sendo expressamente proibida a inclusão/uso da marca do SERPRO.

SEÇÃO XVI DA CONSULTA AO SICAF, CADIN, CEIS, C-CNJ E CNDT

16 - Previamente à celebração do contrato e seus aditivos e a cada realização de pagamento, será efetuada consulta ao SICAF, CADIN, CEIS, C-CNJ e CNDT nos termos do exposto neste tópico. Tais recomendações prestam-se a atender ao disposto na Lei nº 10.520/02, ao Ofício 017/2009/AECI/GMF/MF, à Portaria/CGU nº 516, de 15.03.2010, bem como à determinação expressa contida no item 3.4.2 da Decisão da Diretoria GA nº 091/2013 do SERPRO.

SEÇÃO XVII DOS ANEXOS

17.1 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência – Características da contratação

Anexo II – Modelo de proposta a ser emitida pela licitante de melhor oferta

Anexo II-A – Modelos de planilhas / memórias de cálculos

Anexo III – Minuta de Contrato

Anexo IV – Termo de Conciliação

Salvador, 10 de outubro de 2013.

**Maurício José Chagas de Jesus
Pregoeiro**

| ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

1.0 Objeto:

1.1 - Contratação de instituição, sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para seleção, contratação e capacitação de adolescentes e jovens em Programa de Aprendizagem no SERPRO / Regional Salvador.

2.0 Especificação do Objeto a ser Contratado

2.1 - Por qualificação em formação técnico-profissional metódica entenda-se a competência em prestar assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para seleção, contratação e capacitação de jovens em programa de aprendizagem, com **Atividades Teóricas e Práticas**, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, que assegurem ao aprendiz qualificação compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, promovendo, por consequência a sua inclusão social.

2.1.1 - Simultaneamente ao desenvolvimento do programa, a instituição assumirá a condição de empregador de quinze (15) aprendizes, pelo período correspondente à duração do Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica.

2.1.2 - A duração do Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica será de no mínimo 18 meses e no máximo 24 meses.

2.2 – A instituição contratada e sua respectiva proposta de Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica devem preconizar o previsto na Lei 10.097/00 (anexo I), na Lei 11.180/05 (anexo II), no Decreto-Lei nº 5452/43, Título III, Capítulo IV, Seção I, Artigo 402; e Seção IV, Artigos 428 ao 433 (anexo III), Decreto nº 5598/2005 (anexo IV) e Termo de Compromisso Nº 70/2005 (anexo V).

2.3 - O Programa de Aprendizagem deve estimular a prática da cidadania, de valores éticos e profissionais e promover a capacitação dos aprendizes para a função de Auxiliar Administrativo, visando:

a) Aperfeiçoar o domínio de competências humanas básicas, tais como: organização pessoal e do ambiente, comunicação oral e escrita, leitura e interpretação de textos, operação de cálculos básicos, respeito mútuo, responsabilidade, integridade, compromisso, assertividade, iniciativa, criatividade e auto diretividade, em complemento ao currículo da escola regular;

b) Apropriar-se de competências básicas para o trabalho, compatíveis com as novas exigências tecnológicas, organizacionais, culturais e éticas do trabalho, especialmente

as requeridas para a inserção e permanência em atividades administrativas em instituições;

c) Contribuir no processo de formação dos futuros profissionais, com atividades voltadas à preparação de ocupações, fornecendo ainda subsídios adicionais à sua formação escolar, por meio da vivência em situações práticas do exercício da futura ocupação e exercício da cidadania, por meio da difusão de informações e características do mercado de trabalho.

2.4 - O Programa de aprendizagem será composto de Atividades Teóricas, a serem realizadas nas instalações da instituição contratada e Atividades Práticas a serem realizadas nas instalações do SERPRO.

2.4.1 - A carga horária das atividades teóricas de aprendizagem aplicadas pela instituição contratada não ocupará menos do que 25% da carga horária total do programa de aprendizagem.

2.4.2 - Considera-se carga horária total, a soma das horas destinadas às atividades teóricas e práticas.

2.5 - Local de Prestação dos Serviços

2.5.1 - As atividades Teóricas serão realizadas em ambiente de aprendizagem disponibilizados pela contratada e que favoreçam ao processo de conhecimento do aluno.

2.5.2 - As Atividades Práticas serão realizadas nas instalações do SERPRO - Regional Salvador, endereço: Av. Luiz Vianna Filho, 2.355 Paralela Salvador - BA CEP - 41730-101.

3.0 Considerações Gerais.

3.1 - A instituição contratada deverá contar com estrutura adequada ao desenvolvimento e cumprimento do programa de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, de acordo com o Art. 8º parágrafo 1º e Art. 22 do Decreto nº 5.598/2005.

3.2 – Deverá ser fornecido vale transporte e vale alimentação para o Jovem Aprendiz;

3.2.1 - Em função dos benefícios vale-transporte e vale alimentação, o valor por aprendiz, correspondente às despesas mensais, poderá variar, a depender da quantidade de dias úteis de cada mês.

3.2.2 – O valor do vale alimentação será de R\$ 10,00 (dez reais) por dia útil do mês.

3.2.3 - O pagamento do vale alimentação estende-se ao período em que o aprendiz encontra-se em gozo de férias.

3.2.4 - No período em que o aprendiz estiver em gozo de férias o valor do vale alimentação será de R\$ 10(dez reais) por dia útil do mês.

| ANEXO II – MODELO PROPOSTA | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

MODELO DE PROPOSTA A SER EMITIDA PELA LICITANTE DE MELHOR OFERTA

Ao SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação e que concordamos com os termos do Edital e seus Anexos. Declaramos ainda que esta proposta tem validade pelo prazo mínimo de 60 dias.

O valor anual de nossa proposta importa em R\$ _____ (_____), conforme planilhas e memórias de cálculos em anexo.

Declaramos que nossa proposta engloba todas as despesas referentes aos serviços, com todos os materiais, mão de obra, insumos, tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação.

O SERPRO fica, desde já, autorizado a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais encargos trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

DADOS DA EMPRESA LICITANTE:

Razão social: _____
 Endereço: _____ CEP _____
 Telefone : _____ FAX: : _____
 CNPJ: _____
 Conta Corrente: Banco (Nome e nº): _____
 Endereço: _____
 Agência (Nome e nº): _____ Conta nº _____
 Nome / cargo de quem assinar o contrato: _____
 E-mail para receber informações sobre o pagamento: _____

(local e data)

(assinatura, devidamente identificada)

| ANEXO II/A – PLANILHA / MEMÓRIA CÁLCULOS | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

| PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO | | |
|-------------------------------|---|--|
| JOVEM APRENDIZ | | |
| | | |
| 1 | REMUNERAÇÃO | |
| A) | SALARIO BRUTO (Salário mínimo hora) | |
| | Deduções sobre "A" | |
| A1. | FGTS sobre o Salário | |
| A2. | PIS sobre o Salário | |
| A3. | Provisão de Férias | |
| A4. | Provisão abono pecuniário de férias | |
| A5. | Provisão FGTS sobre férias | |
| A6. | Provisão PIS sobre férias | |
| A7. | Provisão 13º Salário | |
| A8. | Provisão FGTS sobre 13º Salário | |
| A9. | Provisão PIS sobre 13º Salário | |
| B | Remuneração Líquida | |
| 2 | OUTROS BENEFÍCIOS | |
| A) | Vale Transporte | |
| B) | Vale Alimentação (valor dia R\$ 10,00) | |
| 3 | DESPESAS | |
| A | Taxa de Ensino e Manutenção do Programa | |
| 3.1 | OUTRAS DESPESAS | |
| A | Exame Médico Admissional | |
| B | Exame Médico Periódico | |
| C | Exame Médico Demissional | |
| D | Uniforme | |
| E | Outros (especificar) | |
| 4 | TOTAL (custo com 1 aprendiz – mensal) | |
| 5 | CUSTO TOTAL COM 15 APRENDIZES MENSAL | |
| 6 | CUSTO TOTAL COM 15 APRENDIZES ANUAL – VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | |

| ANEXO III – MINUTA CONTRATO | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES EM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PARA O SERPRO/REGIONAL SALVADOR, que entre si celebram a _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, a seguir designada Contratada, representada neste ato por seu (sua) _____, Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____ e o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), Empresa Pública Federal regida pela Lei nº 5.615, de 13/10/70, com Regional na Av. Luiz Viana Filho nº 2.355 – Paralela – Salvador/BA, CEP 41.730-101, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0006-03, adiante denominada SERPRO, representada por sua Chefe da Divisão Regional de Logística - Salvador, Sra. Ana Risolêta Nascimento de Menezes, em conformidade com a Resolução DE 011/2013, com fulcro na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, na Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, conforme Processo nº 19867.000095/2013-22 e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de instituição, sem fins lucrativos, qualificada em formação técnico-profissional metódica, para seleção, contratação e capacitação de adolescentes e jovens em Programa de Aprendizagem no SERPRO / Regional Salvador, em conformidade com o Pregão Eletrônico GLACO/GLSDR/SUPGL nº 2471/2013 de xx/xx/2013, respectivos Anexos, e Proposta Comercial apresentada pela Contratada, constantes do aludido Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 - Por qualificação em formação técnico-profissional metódica entenda-se a competência em prestar assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para seleção, contratação e capacitação de jovens em programa de aprendizagem, com Atividades Teóricas e Práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, que assegurem ao aprendiz qualificação compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, promovendo, por consequência a sua inclusão social.

2.1.1 - Simultaneamente ao desenvolvimento do programa, a instituição assumirá a condição de empregador de quinze (15) aprendizes, pelo período correspondente à duração do Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica.

2.1.2 - A duração do Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica será de no mínimo 18 meses e no máximo 24 meses.

2.2 - A instituição contratada e sua respectiva proposta de Programa de Aprendizagem de Formação Técnico-Profissional Metódica devem preconizar o previsto na Lei 10.097/00 (anexo I), na Lei 11.180/05 (anexo II), no Decreto-Lei nº 5452/43, Título III, Capítulo IV, Seção I, Artigo 402; e Seção IV, Artigos 428 ao 433 (anexo III), Decreto nº 5598/2005 (anexo IV) e Termo de Compromisso N° 70/2005 (anexo V).

2.3 - O Programa de Aprendizagem deve estimular a prática da cidadania, de valores éticos e profissionais e promover a capacitação dos aprendizes para a função de Auxiliar Administrativo, visando:

a) Aperfeiçoar o domínio de competências humanas básicas, tais como: organização pessoal e do ambiente, comunicação oral e escrita, leitura e interpretação de textos, operação de cálculos básicos, respeito mútuo, responsabilidade, integridade, compromisso, assertividade, iniciativa, criatividade e auto diretividade, em complemento ao currículo da escola regular;

b) Apropriar-se de competências básicas para o trabalho, compatíveis com as novas exigências tecnológicas, organizacionais, culturais e éticas do trabalho, especialmente as requeridas para a inserção e permanência em atividades administrativas em instituições;

c) Contribuir no processo de formação dos futuros profissionais, com atividades voltadas à preparação de ocupações, fornecendo ainda subsídios adicionais à sua formação escolar, por meio da vivência em situações práticas do exercício da futura ocupação e exercício da cidadania, por meio da difusão de informações e características do mercado de trabalho.

2.4 - O Programa de aprendizagem será composto de Atividades Teóricas, a serem realizadas nas instalações da instituição Contratada e Atividades Práticas a serem realizadas nas instalações do SERPRO.

2.4.1 - A carga horária das atividades teóricas de aprendizagem aplicadas pela instituição Contratada não ocupará menos do que 25% da carga horária total do programa de aprendizagem.

2.4.2 - Considera-se carga horária total, a soma das horas destinadas às atividades teóricas e práticas.

2.5 - Local de Prestação dos Serviços

2.5.1 - As atividades Teóricas serão realizadas em ambiente de aprendizagem disponibilizados pela Contratada e que favoreçam ao processo de conhecimento do aluno.

2.5.2 - As Atividades Práticas serão realizadas nas instalações do SERPRO - Regional Salvador, endereço: Av. Luiz Vianna Filho, 2.355, Paralela, Salvador - BA CEP - 41730-101.

CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1 – Da Contratada

3.1.1 - Simultaneamente ao desenvolvimento e aplicação do Programa de Aprendizagem, assumir a condição de empregador, *conforme art. 15 do Decreto 5598/2005*, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) - Regional Salvador para efeito de cumprimento de sua cota de aprendizagem.

3.1.2 - Apresentar sempre que solicitado pelo SERPRO, todos os comprovantes de recolhimento de todo e qualquer encargo, independentemente da natureza, devido pela instituição Contratada em decorrência da execução das atividades exercidas pelos aprendizes, inclusive as contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, e as taxas e impostos municipais, estaduais ou federais.

3.1.3 - Apresentar ao SERPRO relação contendo todos os dados cadastrais dos aprendizes disponibilizados ao SERPRO. Exemplo: Nome, endereço, nome dos pais, documentação pessoal, telefone e etc, em papel timbrado da instituição Contratada (Ficha Cadastral).

3.1.4 - Responsabilizar-se por qualquer indenização devida em decorrência de danos e/ou prejuízos causados por ação ou omissão sua, ou de seus empregados, ao SERPRO e/ou a terceiros; e quaisquer encargos devidos em decorrência da inobservância ou infração de disposições legais ou regulamentares vigentes aplicáveis à execução do objeto do contrato.

3.1.5 - Promover a extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem com os adolescentes e jovens:

l) no seu termo;

II) quando o aprendiz completar a idade limite de 24 anos, salvo nos casos de aprendizes deficientes;

III) ou, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, mediante laudo de avaliação;

b) falta disciplinar grave, em conformidade com o art. 482 da CLT;

c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

d) a pedido do aprendiz.

3.1.6 - Acompanhar a frequência escolar dos aprendizes, encaminhando ao SERPRO, a cada 06 (seis) meses, declaração de frequência escolar.

3.1.7 - Apresentar ao SERPRO a previsão do calendário de férias dos aprendizes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.1.8 - Manter o acompanhamento social dos aprendizes, repassando ao SERPRO, quaisquer informações que venham interferir no desempenho dos mesmos.

3.1.9 - Assumir integral responsabilidade quanto ao cumprimento do que é pactuado em relação às verbas devidas aos aprendizes, eximindo o SERPRO de qualquer responsabilidade em relação ao pagamento de salários, despesas decorrentes do contrato de trabalho e demais benefícios, bem como contribuições sociais especificadas na proposta que dará origem ao contrato.

3.1.10 - Cabe à Contratada acompanhar o desenvolvimento dos jovens no Programa de Aprendizagem e elaborar mecanismos de controle, tanto da frequência, quanto do desenvolvimento dos aprendizes nas atividades teóricas.

3.1.11 - Elaborar e aplicar o Programa de Aprendizagem, registrá-lo no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, matricular os jovens, prepará-los e encaminhá-los ao SERPRO, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

3.1.12 - Ministrando e supervisionar a parte teórica do Programa de Aprendizagem, supervisionar as atividades práticas dos aprendizes em colaboração com o SERPRO.

3.1.13 - Conceder Certificação de Qualificação Profissional como Auxiliar Administrativo, com validade em todo território nacional, ao aprendiz que cumprir, com aproveitamento, 90% da grade de treinamento teórico e prático.

3.1.14 - A Contratada é a única e exclusiva responsável pelos contratos de trabalho dos aprendizes, não podendo ser argüida solidariedade do SERPRO, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre o SERPRO e os adolescentes e/ou jovens participantes do Programa de Aprendizagem. A Contratada obriga-se a pagar e cumprir todas as exigências e encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e relativos à segurança e saúde do trabalho decorrentes do

contrato, sendo permitido ao SERPRO reter os pagamentos devidos à Contratada, aplicando-os na satisfação da obrigação inadimplida, desobrigando o SERPRO de qualquer autuação, notificação, intimação ou condenação.

3.1.15 - Fornecer cópia do contrato de trabalho, atestado médico de saúde e cópia da carteira de trabalho de todos os aprendizes admitidos no Programa.

3.1.16 - Fica expressamente pactuado que, se porventura o SERPRO for autuado, notificado, intimado ou mesmo condenado, em razão do não cumprimento em época própria de qualquer obrigação originária do contrato a ser firmado entre as partes, atribuível à Contratada, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, o SERPRO poderá reter os pagamentos devidos, até que a Contratada satisfaça a respectiva obrigação, desobrigando o SERPRO de qualquer autuação, notificação, intimação ou condenação.

3.1.17 - Dispor de meios didáticos apropriados bem como instalações e ambiente físico adequado ao ensino.

3.2 - Do SERPRO

3.2.1 - Assumir a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência profissional, através das atividades práticas da formação técnico-profissional metódica.

3.2.2 - Observar as seguintes limitações no exercício das atividades executadas pelos aprendizes:

a) É vedada a prorrogação e a compensação de jornada, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 413 da CLT;

b) É vedado o labor em horário noturno, assim considerando aquele compreendido entre às 22:00 horas de um dia e às 5:00 horas do dia seguinte;

c) É vedado o labor em ambientes insalubres, perigosos e ofensivos a moral dos aprendizes;

d) É vedado o labor em serviços penosos, constituídos por tarefas extenuantes ou que exijam desenvolvimento físico ou psíquico não condizente com a capacidade do aprendiz;

e) É vedado o labor em locais de difícil acesso e não servidos por transporte público em horários compatíveis com a jornada de trabalho, exceto se fornecido transporte gratuito pelo tomador de serviços.

3.2.3 - Comunicar à Contratada, responsável pelo Jovem Aprendiz, sobre a falta cometida pelo jovem, encontrando em conjunto com essa entidade a solução para o ocorrido.

3.2.4 - Prestar atendimento, em caráter emergencial, ao aprendiz que vier a sofrer mal-estar e/ou acidente, comprometendo-se a comunicar imediatamente à Contratada,

responsável pelo Jovem Aprendiz, para que essa providencie o encaminhamento do jovem ao SUS, para tratamento de saúde.

3.2.5 - Comunicar imediatamente à Contratada, responsável pelo Jovem Aprendiz, todo acidente que ocorrer com o(s) aprendiz(es), no horário regulamentar, para que sejam tomadas as providências cabíveis no tocante as normas que dispõem sobre Acidente de Trabalho.

3.2.6 - Colaborar com a Contratada, na supervisão e na avaliação dos aprendizes, assegurando aos profissionais da Contratada o acesso aos locais de trabalho, de modo a facilitar o desempenho de suas funções de acompanhamento e supervisão do jovem.

3.2.7 - Informar à Contratada, responsável pelo Jovem Aprendiz, a respeito do comportamento, atitudes, eficiência, educação e progresso do jovem, quando solicitada e sempre que julgar necessário.

3.2.8 - Oferecer aos aprendizes todas as oportunidades de aprendizagem prática possíveis, tendo o cuidado de fazê-los executar das tarefas mais simples às tarefas mais complexas.

3.2.9 - Impedir o transporte de valores ou quaisquer títulos representativos de valores, pelos aprendizes colocados à sua disposição.

3.2.10 - Fazer o controle e a anotação diária do horário de atividades práticas, cumprido pelos aprendizes, remetendo mensalmente à Contratada, responsável pelo Jovem Aprendiz, todos os controles, devidamente assinados e rubricados por pessoa devidamente designada pelo SERPRO.

3.2.11 - Assegurar que nenhuma atividade prática desenvolvida no estabelecimento esteja em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

3.3 – Das obrigações e responsabilidades recíprocas

3.3.1 - Ambas as partes comprometem-se a estabelecer carga horária de aplicação do programa (teórico e prático) de no máximo 24 (vinte e quatro) horas semanais por aprendiz, conforme art. 18 do Decreto 5598/05.

3.3.1.1 - A carga horária deve ser compatível com o horário escolar, nelas estão incluídas as atividades práticas e o aprendizado teórico.

3.3.2 - Conjuntamente, o SERPRO e a Contratada, responsável pelo Jovem Aprendiz, devem orientar, acompanhar e avaliar o desempenho de cada aprendiz quanto ao:

- a) interesse/ comprometimento;
- b) reciprocidade
- c) sociabilidade;
- d) participação/compromisso/eficiência

e) crescimento/desenvolvimento.

3.3.3 – As férias dos aprendizes deverão coincidir com um dos períodos de férias escolares do ensino regular, sendo vedado seu parcelamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

4.1 - As atividades serão desenvolvidas de acordo com este Contrato e programação detalhada a ser prestada pela Contratada e acordado com o SERPRO, antes do início da execução das atividades práticas.

4.2 - A principal característica do Programa sustentado por esta contratação é capacitar, pessoal e profissionalmente, jovens e adolescentes, por meio de atividades teóricas e práticas, compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, promovendo, por consequência, sua inclusão social. Para o alcance desse objetivo, as partes efetuarão permanente fiscalização das obrigações acordadas e o cumprimento da legislação vigente.

4.3 - A cada 06 (seis) meses, os Gestores do SERPRO farão avaliação dos serviços da Contratada, sendo atribuída uma escala de 0 a 10 pontos, para os quesitos a seguir:

a) Cumprimento de cláusulas contratuais.

b) Qualidade

c) Pontualidade

d) Proatividade

e) Flexibilidade

f) Relacionamento

g) Cidadania e Responsabilidade Social.

4.3.1 - A média final dos quesitos deverá ser igual ou superior a 06 (seis) pontos. O não atendimento sujeitará a Contratada à rescisão contratual;

4.3.2 - O SERPRO poderá alterar os procedimentos ou a periodicidade da avaliação prevista no item 4.3, a seu critério.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

5.1 – Do Preço

5.1.1 - O SERPRO pagará pelos serviços executados pela Contratada, o valor mensal estimado de R\$ xxx,xx (), totalizando o valor anual de R\$ x.xxx,xx () e R\$ xx.xxx,xx () no período de 60 meses.

5.1.2 - A estimativa discriminada no item 5.1.1 contempla o custo do programa adolescente e/ou jovem aprendiz, com jornada limitada a quatro (4) horas diárias, quinze (15) aprendizes, incluindo todos os custos, tais como salário, encargos, exame médico admissional, periódico e demissional, fardamento, taxa de ensino aprendizagem, manutenção do programa, a estimativa das despesas variáveis (vale transporte e vale alimentação/refeição), taxas, impostos, tributos e outras aplicáveis e se aplicáveis.

5.2 - Da emissão/entrega do documento fiscal

5.2.1 - A Contratada ao emitir seu documento fiscal deverá observar (apor) corretamente os dados do estabelecimento do SERPRO que tomou o serviço, a fim de que o SERPRO possa cumprir a sua obrigação perante os entes tributários. Carta de Correção só será admitida para regularizar os dados cadastrais do SERPRO.

5.2.2 - A Contratada deverá emitir/entregar a nota fiscal/fatura no último dia do mês de execução dos serviços, no protocolo do SERPRO Regional Salvador.

5.2.3 - Caso a Contratada entregue a nota fiscal/fatura antes do fechamento do mês, o prazo para pagamento estipulado neste contrato, será contado a partir do primeiro dia do mês subsequente a prestação dos serviços.

5.2.4 - No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas ou entregues no SERPRO em data posterior à indicada no item 5.2.2, será imputado à Contratada o pagamento de eventuais encargos decorrentes do não recolhimento das contribuições e impostos sob a responsabilidade do SERPRO.

5.2.5 - A Contratada deverá emitir nota fiscal conforme os dados de faturamento a seguir:

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Av. Luiz Viana Filho nº 2.355, CEP: 41730-101 – Paralela – Salvador-BA
CNPJ: 33.683.111/0006-03
INSC. ESTADUAL: 70.651.725
INSC. MUNICIPAL: 000555/001-77

5.2.6 - A Contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal dos serviços, o número deste contrato, o número do processo de contratação, o número da conta corrente, o banco e a agência com a empresa qual opera (obrigatoriamente em NOME/CNPJ da CONTRATADA), sob pena de retenção do pagamento.

5.3 - Dos impostos e recolhimentos sob responsabilidade do SERPRO

5.3.1 - Os valores dos tributos incidentes sobre o fornecimento ora contratado poderão ser destacados na respectiva nota fiscal e/ou fatura, sempre que a legislação tributária

o permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.

5.3.2 - Quando cabível ao objeto, o SERPRO efetuará as retenções tributárias referidas na Instrução Normativa nº 480, da SRF e suas atualizações.

5.3.2.1 - Não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da Instrução Normativa SRF 480, de 15/12/04, ficando a Contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração original do SIMPLES NACIONAL, prevista na IN 791, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

5.3.3 - Quando pertinente ao objeto, O SERPRO, na condição de substituto tributário, fará a retenção do Imposto sobre serviço de qualquer Natureza (ISS) na fonte, de conformidade com a legislação específica vigente.

5.3.4 - Conforme determina a Lei nº 9.711, de 21/11/98 e Ordem de Serviço 03/2005 do INSS, o SERPRO efetuará retenção de 11% (onze por cento) do valor da fatura referente à mão-de-obra. Dessa forma, a Contratada deverá destacar no corpo da nota fiscal e/ou fatura o valor base para retenção, sob pena de aplicação de penalidades previstas neste Contrato.

5.3.5 - Os custos de eventuais erros de recolhimentos de impostos sob a responsabilidade do SERPRO, em decorrência de informações incorretas por parte da Contratada, serão cobrados à mesma, que se obriga a ressarcir o SERPRO no prazo de 5 (cinco) dias da notificação, sujeita às penalidades previstas no presente contrato. Os valores poderão ser descontados das faturas a serem pagas à Contratada.

5.4 - Do pagamento

5.4.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, no primeiro dia útil após o 20º (vigésimo) dia corrido da data de recebimento da nota fiscal de serviço no Protocolo do SERPRO Regional Salvador.

5.4.2 - Constatando-se alguma incorreção na nota fiscal e/ou fatura ou qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

5.4.3 - O SERPRO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

5.4.4 - A não comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, no prazo previsto para a comprovação, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, de conformidade com o disposto no § 2º, do artigo 36, da Instrução Normativa MPOG/SLTI n. 02, de 30-04-2008, passível ainda de ocorrer o pagamento direto aos empregados da Contratada.

5.4.5 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação do serviço, a contagem dos prazos de ateste e pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção necessária.

5.4.6 - O não pagamento dos valores devidos pelo SERPRO, nas datas de seus vencimentos, implicará a correção do valor devido, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, contado da data do vencimento da nota fiscal e/ou fatura, até a data do seu efetivo pagamento, limitado a 10% do valor devido.

5.4.6.1 - A correção de valor não se aplica quando o atraso se der por inadimplemento ocasionado pela Contratada ou em razão do decurso de eventuais decisões relativas a multas ou outras sanções e seus recursos.

5.4.7 - O eventual adiantamento do prazo de pagamento dos serviços prestados, poderá ocorrer, desde que se configure vantajoso para o SERPRO e após prévia avaliação/aprovação pela área competente.

5.4.8 - O SERPRO fará seus pagamentos por meio de depósito bancário, através do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, exclusivamente para a conta bancária da empresa Contratada. As despesas bancárias serão de responsabilidade do beneficiado.

5.4.9 - O SERPRO não efetuará pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros através de operação de "FACTORING"

5.4.10 - Os pagamentos efetuados a Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

5.5 - Da obrigação de manter as condições de habilitação

5.5.1 - Consoante o estabelecido no inciso XIII, art. 54, da Lei nº 8.666/93, a Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a vigência da contratação, exceto a manutenção do porte de microempresa e de empresa de pequeno porte e opção de regime tributário, informando ao Responsável pela fiscalização do contrato, imediatamente, a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação.

5.5.2 - O atendimento ao item 5.5.1 será comprovado como determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, por meio de consulta, on-line, ao sistema SICAF. Assim, antes de qualquer pagamento, o SERPRO realizará consulta àquele Sistema, a fim de comprovar o regular cadastramento e habilitação parcial válida.

5.5.3 - Se constatada a desconformidade junto ao SICAF, em razão de documentação vencida, a empresa terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar seu cadastramento regularizado, contado da notificação do SERPRO. Caso não se obtenha êxito, a Contratada se sujeitará às sanções previstas neste Edital, inclusive rescisão contratual, com fundamento no inc. XIII do art. 55, no art. 77 e no inc. I do art. 78, todos da Lei nº 8.666/93.

5.6 - Do orçamento

5.6.1 - As despesas com a execução deste contrato correrão à conta do Elemento de Despesa 339037, do Orçamento aprovado pela DEST, Programa de Trabalho nº 007740, Fonte 0209017205, Gestão 17205.

5.6.2 - Os recursos para a execução deste Contrato estão previstos na 2013NE_____, de ____/____/2013.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1 - No atraso ou inexecução das condições deste contrato, a Contratada se sujeitará às sanções estabelecidas nesta Cláusula.

6.2 - Multa de mora.

6.2.1 - A Multa de Mora tem previsão legal no art. 86 da Lei nº 8.666/1993, sendo aplicada à Contratada mediante desconto em garantia pecuniária ou em créditos da Contratada, em decorrência de atraso injustificado no início do serviço contratado ou do retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses do próprio SERPRO.

6.2.2 - Pelo não início do serviço e/ou execução de obrigação inicial, no prazo estipulado: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do serviço, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.2.3 - Tão logo constatado o atraso, o Gestor do Contrato acionará a Chefe da Divisão Regional de Logística do SERPRO, por meio de memorando, com cópia para o departamento financeiro, comunicando o atraso e solicitando os procedimentos para o recolhimento da multa. O SERPRO poderá fazer o imediato caucionamento do valor da multa, descontando o valor por ocasião do pagamento da Nota Fiscal, até que se concluam os procedimentos de defesa e recursos cabíveis.

6.3 - Outras Sanções

6.3.1 - A inexecução total ou parcial das condições pactuadas neste Contrato, sujeitará a empresa Contratada, garantida prévia defesa no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação promovida pelo SERPRO e impedimento de contratar com este por prazo de até 5 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

perante a própria autoridade que aplicou a pena, a reabilitação, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o SERPRO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

6.3.2 - A sanção de advertência de que trata a alínea “a” da Subcláusula 6.3.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste instrumento;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SERPRO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.3.3 - A multa de que trata a alínea “b” da Subcláusula 6.3.1 será aplicada da seguinte forma, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ou rescisão contratual:

- a) multa pela não execução dos serviços nos prazos acordados: 1% (um por cento), por evento de descumprimento e dia de atraso, calculado sobre o valor mensal dos serviços, limitado a 10% do valor mensal do mês da ocorrência.
- b) multa pelo descumprimento de outras obrigações e prazos acordados, a saber: pela não substituição de profissional faltoso, indisponibilidade de materiais e ou equipamentos (quando houver), mau uso ou má conservação dos materiais e equipamentos (quando houver), falta ou não apresentação de documentos dos profissionais, indisponibilidade de uniformes, má apresentação dos profissionais, indisponibilidade dos relatórios, não concessão de benefícios aos profissionais ou atrasos desses, outros descumprimentos não relatados: 1% (um por cento), por evento de descumprimento e/ou dia de atraso, calculado sobre o valor mensal dos serviços, limitado a 10% do valor mensal do mês da ocorrência.
- c) pela divulgação de assuntos/documentos confidenciais, multa de 10% do valor anual contratado e rescisão contratual, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação.
- d) pelo descumprimento total ou parcial do contrato, multa compensatória no valor correspondente até 10% do valor anual do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.
- e) pelo não cumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, sujeitar-se-á a Contratada ao pagamento de multa à razão de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, para cada evento de descumprimento, ficando seu total limitado à 10% (dez) por cento do valor mensal faturado, relativo ao mês em que ocorreu o fato gerador da penalidade, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos cabíveis.

6.3.4 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” da subcláusula 6.3.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”. O Gestor do contrato acionará por meio de memorando a Chefe da Divisão Regional de Logística para os mesmos procedimentos já previstos no item 6.2.3.

6.3.5 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pelo SERPRO, após o vencimento do prazo recursal, podendo o SERPRO, para tanto, descontar da garantia ou descontar das notas fiscais e/ou faturas por ocasião do seu pagamento, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

6.3.6 - As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

6.3.7 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.3.8 - As sanções aplicadas pelo SERPRO serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO/REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS:

7.1 - Do interregno

7.1.1 - É admitida a repactuação dos valores deste contrato, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do fato gerador da revisão.

7.1.2 - A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, respeitada a anualidade e condições dispostas nesta Cláusula, é direito da Contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, sendo assegurado ao prestador receber o pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

7.1.3 - A repactuação será dividida em parcelas, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

7.1.4 - Serão considerados fatos geradores para a contagem da anualidade para a primeira repactuação de preços:

a) nos itens de custos relativos a mão de obra, decorrentes de acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, tais como remuneração, auxílio alimentação, cesta básica, seguro de vida, assistência saúde e outros benefícios, o interregno será de 01 (um) ano contado da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da apresentação da proposta;

a1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, o reajuste dos itens de custos com mão de obra deverá ser dividido conforme cada acordo, dissídio ou convenção coletiva, e

b) nos itens de custos relativos a execução dos serviços, decorrentes de variação com base nos preços praticados no mercado, tais como: transporte, combustível, seguro

obrigatório, uniforme, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, tributos, o interregno será de 01 (um) ano contado da data da proposta, ou da data limite da apresentação da proposta, quando decorrente de licitação.

7.1.5 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do respectivo fato gerador que deu ensejo ao(s) último(s) reajuste(s).

7.2 - Dos percentuais aplicáveis

7.2.1 - A repactuação dos preços contratados dar-se-á com base nas seguintes premissas:

a) Os itens de custos relativos à mão de obra, serão repactuados de acordo com os percentuais determinados no respectivo acordo, convenção ou legislação pertinente, repassados integralmente aos custos;

b) Os itens de custos relativos à execução dos serviços determinados pelo poder público, serão reajustados de acordo com os percentuais oficiais divulgados pelos órgãos responsáveis; e

c) Os itens de custos relativos à execução dos serviços e à mão de obra, que não se enquadrem nas alíneas “a” e “b”, serão repactuados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Amplio (IPCA), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para reposição das perdas inflacionárias do período.

7.2.2 - O período de apuração do IPCA, corresponderá aos oficialmente divulgados desde a data da proposta ou da última repactuação até a data da concessão, em número máximo de 12 (doze) índices.

7.2.2.1 - A indisponibilidade do IPCA, implicará na sua substituição por outro índice de mesma relevância no mercado, até a data que sua substituição ocorra.

7.2.2.2 - Quando o resultado da variação do IPCA se apresentar negativo, os valores acordados serão objeto de negociação, visando a sua redução.

7.2.3 - A aplicação dos percentuais sobre cada item, resultará em valores com até 3 (três) casas decimais, desprezando-se, sem arredondamento as que se seguirem. No valor mensal e global serão apenas 2 (duas) casas decimais.

7.2.4 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.2.5 - A partir da prorrogação contratual, os valores destacados como “aviso prévio trabalhado” nas planilhas de custos dos empregados da Contratada, serão objeto de negociação pelo SERPRO para sua exclusão dos custos, exceto se houver demonstrada, por iniciativa da Contratada, a utilização dessa reserva no período contratual, cabendo manter nos custos apenas a sua atualização. Essa negociação ocorrerá no momento da repactuação de valores.

7.2.6 - Eventual mudança na alíquota tributária decorrente de aumento do faturamento e alteração do porte das Micro e Pequenas Empresas, ou do desenquadramento no Simples Nacional, poderá ensejar, se solicitado pela Contratada, hipótese de repactuação contratual, mantendo-se a contratação pelo período da vigência do mesmo, em consonância com a política governamental de fomentar o crescimento empresarial. A contratação será objeto de negociação ou avaliada sua rescisão, se, por ocasião do reajuste dos preços forem constatados preços acima dos praticados no mercado.

7.3 - Da solicitação e preclusão do direito

7.3.1 - As repactuações de valores serão obrigatoriamente precedidos de solicitação da Contratada, formalizado para o gestor responsável pelo contrato, entregue no protocolo do SERPRO.

7.3.2 - A solicitação será acompanhada de:

- a) demonstração analítica da alteração dos itens de custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços;
- b) do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta o reajuste, quando for o caso;
- c) dos documentos que comprovam a alteração dos preços estabelecidos pelo poder público ou equivalente; e
- d) da memória de cálculos demonstrando a variação do IPCA a ser aplicada.

7.3.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.3.3.1- Assim, caso a Contratada tenha direito à repactuação do valor acordado e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, estará caracterizada sua satisfação com a remuneração e a renúncia à revisão dos valores para o novo período de vigência, ocorrendo a preclusão do direito à repactuação.

7.4 - Da avaliação e decisão

7.4.1 - A decisão sobre o pleito será feita no prazo previsto de sessenta dias, contados a partir do seu recebimento ou da entrega dos comprovantes de variação dos custos eventualmente solicitados à Contratada, para complementar a análise.

7.4.2 - A administração poderá, a qualquer tempo, diligenciar sobre a efetiva variação dos custos, obrigada a Contratada demonstrar de forma detalhada seus componentes. A constatação da não vantajosidade para o SERPRO quanto aos preços reajustados, poderá ensejar contraproposta para os valores ou a opção por não prorrogar o contrato.

7.4.3 - O prazo para decisão ficará suspenso caso a Contratada não cumpra os atos ou não apresente em tempo hábil, os esclarecimentos ou a documentação complementar solicitada pelo SERPRO.

7.4.4 - A decisão quanto ao pleito pelo SERPRO, dar-se-á mediante:

- a) avaliação dos preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração, resultado do levantamento realizado por ocasião das prorrogações contratuais;
- b) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- c) indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- d) a disponibilidade orçamentária do SERPRO.

7.4.5 - A decisão quanto a concessão do reajuste será lavrada por termo aditivo ao contrato vigente.

7.5 - Dos efeitos financeiros

7.5.1 - Os novos valores contratuais terão suas vigências iniciadas conforme a seguir:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem da periodicidade para concessão dos próximos reajustes; e
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta, ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.

7.5.2 - Os efeitos financeiros deverão ocorrer exclusivamente para os itens que motivaram o reajuste, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.6 - Do reequilíbrio econômico financeiro

7.6.1 - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6.2 - A alteração da opção contábil da empresa durante a vigência do contrato, que proporcione benefícios com redução dos tributos aplicáveis aos serviços, impõe que a Contratada comunique ao SERPRO, informando os novos valores aplicáveis para manutenção do equilíbrio econômico do contrato, aplicável a partir do mês que a Contratada usufruir do benefício.

7.7 - Da contratação de serviço remanescente

7.7.1 - A Empresa eventualmente contratada para a execução de remanescente de serviço terá direito às repactuações nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 - A vigência deste contrato será pelo período de 12 (doze) meses, iniciados a partir de ____/____/2013. Ocorrendo o interesse do SERPRO, o prazo de vigência contratual poderá ser objeto de prorrogação, via celebração de Termo Aditivo, por iguais períodos e até o limite de 60 (sessenta) meses.

8.2 - O orçamento para cada exercício será objeto de nota de empenho específica, emitida a cada exercício.

8.3 - A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.3.1 - Para prorrogação do contrato, o SERPRO deverá se assegurar que os preços contratados continuam vantajosos e compatíveis com o mercado, devendo realizar negociações para redução/eliminação de custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO:

9.1 - Constituem motivo para rescisão deste Contrato:

9.1.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

9.1.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.1.3 - A lentidão do seu cumprimento, levando o SERPRO a comprovar a impossibilidade da execução dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4 - O atraso injustificado no início dos serviços;

9.1.5 - A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao SERPRO;

9.1.6 - A subcontratação total ou parcial dos serviços, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste Contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização do SERPRO;

9.1.7 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;

9.1.8 - O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo SERPRO;

9.1.9 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da Contratada;

9.1.10 - A dissolução da Contratada;

9.1.11 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do SERPRO, prejudique a execução do Contrato;

9.1.12 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do SERPRO, e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.13 - A supressão de parte do objeto avançado, por iniciativa do SERPRO acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do limite previsto na legislação pertinente;

9.1.14 - A suspensão de sua execução, por ordem escrita do SERPRO, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.15 - O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pelo SERPRO, decorrente de fornecimento já recebido e aceito, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.16 - A não liberação, por parte do SERPRO, de área ou local para execução dos serviços, nos prazos contratuais;

9.1.17 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

9.2 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do SERPRO, nos casos enumerados nas subcláusulas 9.1.1 a 9.1.12 e 9.1.17 deste Contrato.

9.3 - Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por comum acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o SERPRO.

9.4 - O SERPRO poderá rescindir imediatamente este Contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela Contratada, pelo qual já tenha sido solicitada a providenciar a devida regularização.

9.5 - É assegurado à Contratada o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS:

11.1 - Dos atos da administração do SERPRO, praticados no curso deste contrato, será admitida a interposição dos recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 - Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes Contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no Art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo, necessária ao cumprimento da obrigação.

10.2 - O disposto neste Contrato poderá ser alterado ou emendado pelas partes, por meio de Apostilamentos ou Aditivos dos quais conste a concordância expressa da Contratada e do SERPRO.

10.3 - A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do serviço, objeto desta licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

10.3.1 – Fica vedada a realização de alterações quantitativas disciplinadas nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei 8666/1993, depois de haver ocorrido o pagamento integral devido pela Administração.

10.4 - O SERPRO não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.5 - Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estrito cumprimento de quaisquer condições deste Contrato, ou em exercer direitos dele decorrentes, não constituirá renúncia e não prejudicará, assim, a faculdade de qualquer das partes de exigí-los ou de exercê-los a qualquer tempo.

10.6 - Os documentos emitidos pela Contratada, deverão conter sua logomarca, sendo expressamente proibido a inclusão/uso da marca do SERPRO.

10.7 - Previamente à celebração deste instrumento contratual e a cada realização de aditivo, será efetuada consulta ao SICAF, CADIN, CEIS, C-CNJ e CNDT nos termos do exposto neste tópico. Tais recomendações prestam-se a atender ao disposto na Lei nº 10.520/02, ao Ofício 017/2009/AECI/GMF/MF, à Portaria/CGU nº 516, de 15.03.2010, bem como à determinação expressa contida no item 3.4.2 da Decisão da Diretoria GA nº 091/2013 do SERPRO.

10.8 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes no Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - Fica eleito o Foro da União, na cidade de Brasília - DF, para dirimir as dúvidas resultantes deste Contrato.

E, por estar assim justo e contratado, assinam as partes o presente **CONTRATO DE PROGRAMA DE JOVEM APRENDIZ NO SERPRO/REGIONAL SALVADOR**, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, a seguir qualificadas.

Salvador, de de 2013.

PELA CONTRATADA:

PELO SERPRO:

Ana Risolêta Nascimento de Menezes
Chefe da Divisão Regional de Logística –
Salvador

PELO SERPRO – GESTOR DO CONTRATO:

Genese da Conceicao Barbosa
Chefe da Divisão da Gestão das Pessoas - Salvador

TESTEMUNHAS:

PELA CONTRATADA:

PELO SERPRO:

CPF:

CPF:

| ANEXO IV – TERMO DE CONCILIAÇÃO | | |
|---|---|------------------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO GLACO/GLSDR/SUPGL Nº 2471/2013 | PROCESSO Nº 19867.000095/2013-22 | REGIONAL SALVADOR |

TERMO DE CONCILIAÇÃO

ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra Termo de Conciliação Judicial O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União -1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira -A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS, DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES DO SERPRO**
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda -Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira -A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro -É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro -Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições

estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – -As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima -Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados

da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais

do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho – ANPT